

“Romper os vínculos com o passado” é a palavra de ordem

por Cynthia Malta
de São Paulo

Um segmento significativo, e que tende a ampliar-se, do empresariado brasileiro está consciente da necessidade de mudanças estruturais no processo econômico do País. “Romper os vínculos com o passado” foi a palavra de ordem ouvida diversas vezes, ontem, durante o seminário “Os anos 90: Retomada para Modernização”, organizado pela Sociedade Brasileira de Planejamento Empresarial, que reuniu cerca de 200 empresários.

“Romper os vínculos com o passado” ou “quebrar os vícios de conluio entre o Estado e as grandes empresas” faz parte da nova realidade que o País terá de enfrentar a partir do próximo ano. A opinião é do diretor da Sharp do Brasil S.A., Yuichi Tsukamoto, que proferiu palestra ontem a tarde no seminário e foi diversas vezes aplaudido.

A estrutura econômica

que esse segmento emergente de empresários, formado por pequenos e médios em sua maioria, querer modificada foi exemplificada pelo socio-gerente da Elka Plásticos e presidente do Sindicato da Indústria de Instrumentos Musicais e de Brinquedos do Estado de São Paulo, Emerson Kapaz. “Ate o inicio dos anos 90, o governo receberá o pagamento de empréstimos concedidos a grandes empresários na década passada e que em cruzados são cifras insignificantes. Mas por trás desses cruzados novos, se escondem US\$ 3,2 bilhões em subsídios transferidos através de contratos firmados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)”, disse.

Kapaz tomou por base um estudo feito pela economista Sheila Najberg, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio, onde foram analisados 13.350 projetos do BNDES entre 1975 e 1987. A cláusula que

prefixava a correção monetária desses empréstimos em níveis de 20% ao ano transformou tais contratos em “doações patrimoniais feitas pelo governo”, observou Kapaz.

A concentração desses benefícios foi detectada por Sheila da seguinte forma: “O grupo das 15 maiores empresas que receberam subsídios, naquele período, representa 30,3% do volume transferido às operações diretas e 20,3% do total doado ao setor privado nacional”. O estudo conclui que “hoje, apenas 1,7% das empresas registradas no País controlam mais da metade de todo o mercado industrial brasileiro”.

Esse modelo econômico que permitiu a formação e crescimento de monopólios e oligopólios, segundo Kapaz, também permitiu que uma parte significativa da população fosse excluída do processo produtivo e, consequentemente, da possibilidade de consumir.

“Vivemos num ‘apartheid’ social, onde 40 mi-

lhões de trabalhadores não contam, não consomem”, disse Tsukamoto, acrescentando que enquanto a produção aumentou 10%, neste ano em relação a 1980, a população cresceu 24% e o consumo caiu 13%. “O pior é que a elite brasileira paga qualquer preço para consumir e e por isso que temos inflação”, afirmou o diretor da Sharp, que defendeu “um choque produtivo”, aplicado simultaneamente a uma política de redução de despechios e medidas desregulamentadoras.

Diante desse panorama, Tsukamoto diz que a discussão ideológica entre “esquerda e direita desaparece”. A competência administrativa do próximo presidente deverá prevalecer, “o como resolver os problemas”. Essa capacidade será posta à prova no próximo ano e, caso for aprovada, as próximas eleições para o Congresso, também em 1990, refletirão o apoio ao presidente escolhido, acredita Tsukamoto.